

A BALAIADA NO PIAUÍ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Rosângela Mourão Veras*

O trabalho analisa o movimento balaiense, ocorrido no Maranhão e no Piauí, a partir do livro didático de história de Ensino Fundamental e Médio, problematizando alguns dos seus aspectos principais. Para tanto, são utilizados autores de repercussão nacional e local. Analisa, ainda, de forma mais específica, os porquês da historiografia apresentar a Balaiada como um movimento ocorrido no Maranhão, mantendo o envolvimento do Piauí na obscuridade.

As considerações feitas por Márcia Motta¹ são o nosso ponto de partida, notadamente, quando o eixo central de suas inferências é a análise da bibliografia dedicada aos movimentos rurais no Brasil do século XIX, cuja intenção é refletir sobre os porquês de uma certa amnésia social acerca dos conflitos rurais. Outro aspecto é a visão bipolar, que ressalta a oposição entre fazendeiros e cativos, predominante no universo rural de outrora, ou seja, nos estudos realizados, primeiramente, pela sociologia rural, onde as diversas contribuições dos homens livres e pobres do campo, foram minimizadas. Estes últimos são vistos como “marginais, sem expressão ou razão de ser”. Ao homem livre pobre do campo não é dada nenhuma capacidade de construção de uma cultura própria ou de experiências de resistência à opressão. No campo da História, os estudos sobre o tema não incorporam enfoques direcionados à análise dos movimentos sociais e/ou dos conflitos de terra, isto é, não há uma história sobre os movimentos sociais rurais e sobre os conflitos de terra ocorridos no passado.

É oportuno destacar, nos dias de hoje, o papel do professor e da escola na difusão, transmissão e produção de conhecimentos. Contudo, podemos acrescentar que para isso tanto a escola como o professor conta com um importante elemento de veiculação: o livro didático.

Não obstante, o livro didático, material de trabalho indispensável, na medida em que não há professor que nele não se apóie, tem sido um dos instrumentos mais utilizados, sobretudo na manutenção de mitos e estereótipos que povoam a História do Brasil.

Nesse sentido, como problema central para estudo, apresentamos as seguintes questões: Por que os livros e compêndios didáticos de 1º e 2º graus enfocam a Balaiada somente no Maranhão, mantendo o envolvimento do Piauí na obscuridade? Como o movimento balaiense, no Piauí, se insere ou não nos livros didáticos de Ensino Fundamental e Médio? Até que ponto uma visão parcial do movimento contribuiu para o seu esquecimento?

Compreender a Balaiada, a partir do Livro Didático de História é nosso intento neste estudo. Entretanto, buscar respostas para essas indagações exige, primeiramente, uma abordagem sobre a natureza do livro didático, bem como, sobre o papel que este desempenha no cotidiano escolar.

Características do Livro Didático

Indubitavelmente, o professor de História pode considerar sua profissão gratificante ou aborrecida. Dependendo da forma como é exercida e das condições de trabalho em sala de aula, torna-se apenas uma obrigação profissional, ou transforma-se em atividade prazerosa. A luta por condições mínimas para um trabalho profissional digno e eficiente, ao longo dos anos, vem merecendo, por parte do magistério, certa consideração, obviamente nem sempre com resultados desejados. Dessas condições, uma diz respeito ao Livro Didático. É imprescindível transformá-lo, de fato, em instrumento de trabalho eficiente e confiável.

* Historiadora, Cientista Social, Especialista em Políticas Públicas e História do Brasil pela UFPI, Professora de História da Rede Pública Estadual.

Para exercer seu trabalho em sala de aula o professor pode contar com instrumentais bem-elaborados, de qualidade comprovada. Sendo um destes instrumentos, o livro didático deve ser elaborado segundo as exigências pedagógicas e construído de acordo com as conquistas da prática do conhecimento geográfico e histórico, que se renova constantemente.

Destarte, os livros didáticos continuam sendo o material referencial de professores, pais e alunos que, mesmo com o alto preço dos mesmos, consideram-nos fundamentais para os estudos. Portanto, a cada início do ano letivo, as editoras abastecem o mercado com uma infinidade de obras, diferenciadas em qualidade e tamanho.

Contudo, critica-se muito a qualidade do livro didático. É notória a distância existente entre os avanços conseguidos, nos últimos anos, no âmbito da pesquisa e das novas metodologias em História, e a sua efetiva assimilação na prática do magistério. Constatação mais efetiva ainda quando se analisam os instrumentos de trabalho construídos para auxiliar os professores. No caso da História, cujo objeto de conhecimento é a sociedade humana no tempo, é perceptível a lentidão e os tropeços existentes no momento de se adequar o conhecimento histórico, em constante transformação, à produção dos livros didáticos.

O livro didático não pode ser a exposição fria e mecânica de conhecimentos adquiridos e transmitidos. Tendo por objetivo desvendar a experiência dos homens no tempo, em sociedade, e empreender a compreensão ativa da realidade social, a História quer ser um elemento de tomada de consciência para as pessoas que a ela se achegam. Assim, o texto deve, de alguma forma, ser capaz de envolver o aluno, considerado-o como sujeito que tem consciência de estar, a seu modo, fazendo História.²

Segundo Circe Bittencourt³, o livro didático é um objeto de “múltiplas facetas” e possui uma natureza complexa. Ele é uma mercadoria, um depositário dos conteúdos escolares, um instrumento pedagógico e um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Ele é, também, um depositário dos conteúdos escolares, sistematizador de conteúdos elaborados pelos programas curriculares, é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e as técnicas fundamentais para uma sociedade em determinada época. O livro didático transmite o saber acadêmico para o saber escolar, quando explicita o conteúdo curricular.

Além disso, é um instrumento pedagógico. Nesse aspecto, ele cria as estruturas e condições do ensino para o professor, é comum, por exemplo, existirem “os livros do professor” ou do “mestre”. Juntamente com os textos, o livro didático produz um conjunto de técnicas de aprendizagem: exercícios, questionários, sugestões de trabalho e tarefas para que os alunos possam desenvolver na apreensão ou retenção dos conteúdos. Assim, os livros escolares objetivam não apenas os conteúdos disciplinares, mas, também, como esses conteúdos, devem ser ensinados.

O livro didático é, ainda, um relevante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Diversas pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes.

Desde o século XIX, o livro didático tem sido o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aulas e condições pedagógicas, atuando como mediador entre os programas curriculares oficiais e o conhecimento escolar ensinado pelo professor.

Para entender o papel que o livro didático desempenha na vida escolar, não basta analisar a ideologia e as defasagens dos conteúdos quanto à produção acadêmica ou perceber se o livro corrobora ou não com as propostas curriculares, é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições.

Repleto de textos, que auxiliam ou podem auxiliar o domínio da leitura escrita em todos os níveis de escolarização, o livro didático serve para aprofundar informações, veicular e divulgar, com uma linguagem simples, o saber científico. Outro fator é a possibilidade de articulação de outras linguagens além da escrita, que podem oferecer ao estudante maior autonomia frente ao conhecimento.

O livro didático, entretanto, sofre pressões e limitações de natureza econômica, ideológica e técnica. Destinado a um determinado público, seja infantil ou juvenil, sua linguagem deve ser adequada e acessível, o que tem levado a simplificações e distorções que limitam sua atuação na formação intelectual mais autônoma dos alunos. Muitas vezes, autores e editores, ao simplificarem questões mais amplas e profundas, não permitem que os textos dos livros promovam reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores. Sua tendência é torna-se um material escolar padronizado, com pouco espaço para os textos originais, com condicionamentos no formato e linguagem e com múltiplas interferências em seu processo de elaboração, desde à lógica da mercantilização até as formas de consumo.

De fato, o papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial, construído por determinados setores de poder. É necessário salientar que as práticas de leituras do livro didático não são idênticas, não obedecem às regras impostas por autores, editores ou instituições governamentais. Mesmo o livro escolar se caracterizando pela presença de textos impositivos e diretivos acompanhado de exercícios prescritivos, existem diferentes formas para seu uso. Fundamental, aqui, é a atuação do professor.

Dentro dessa concepção de livro didático, analisamos a Balaiada no Piauí. Ao todo, dez autores, respectivamente, de Ensino Fundamental e Médio foram selecionados. São eles: Nelson Piletti e Claudino Piletti⁴, José Roberto Martins Ferreira⁵, Marco Antônio Villa e Joaci Pereira Furtado⁶, Cristina Visconti Giovanni, Zilda Almeida Junqueira e Sílvia Guena Tuono⁷, Iracilde Maria de Moura Fé Lima, Maria Cecília Silva de Almeida Nunes e Emília Maria de Carvalho Gonçalves Rebêlo⁸, Luís Koshiba e Denise Manzi Frayze Pereira⁹, José Jobson de A. Arruda e Nelson Piletti¹⁰, Divalte Garcia Figueira¹¹, Joselina Lima Pereira Rodrigues¹² e Adrião Neto.¹³

Quanto à produção historiográfica mais recente sobre a Balaiada no Piauí foram utilizados como fundamentação para análise os trabalhos de Odilon Nunes¹⁴, Maria Amélia Freitas Mendes de Oliveira¹⁵ e Claudete Maria Miranda Dias.¹⁶

A Balaiada no Piauí através do livro didático

Quando começamos a estudar a Balaiada no Piauí, através dos livros didáticos, aqui selecionados, um primeiro aspecto observado é o caráter mercadológico e as questões técnicas de fabricação da obra didática, que interferem no processo de constituição do texto. Há condicionamentos e limitações que são impostas pela técnica e pelos custos que se associam às necessidades pedagógicas. Assim, quando observamos os livros também como objeto fabricado, percebemos as limitações dos autores. A diagramação e a paginação do livro são estabelecidas por um profissional especializado, dessa forma, os caracteres, a dimensão, as cores das ilustrações são decisões de técnicos, de programadores visuais, o autor, na maioria das vezes, pouco ou nada interfere na composição final do livro.

Analisando os textos produzidos pelos autores de Ensino Fundamental, Nelson Piletti e Claudino Piletti, José Roberto Martins Ferreira, Marco Antonio Villa e Joaci Pereira Furtado, Cristina Visconti Giocanni, Zilda Almeida Junqueira e Sílvia Guena Tuono, notamos que todos são unânimes em afirmar que a Balaiada é um movimento exclusivo da província maranhense.

Entretanto, para os autores de Ensino Médio, Luiz Koshiba e Denise Manzi Frayze Pereira “a rebelião espalhou-se também para o Piauí, de onde chegou um reforço de 660 homens, comandados por um jornalista radical, Lívio Lopes Castelo Branco e Silva”¹⁷. Compartilha da mesma opinião o historiador Divalte Garcia Ferreira, “o movimento espalhou-se pelo Ceará e pelo Piauí”¹⁸

Para as autoras piauienses, Iracilde Maria de Moura Fé Lima, Maria Cecília Silva de Almeida Nunes e Emília Maria de Carvalho Gonçalves Rebêlo, os “balaíos dominaram mais espaço no Piauí que no Maranhão”.¹⁹ Segundo Joselina Lima Pereira Rodrigues, a Balaiada “foi um movimento ocorrido no Período Regencial – de 1839 a 1841 – que atingiu o Maranhão e a maior parte do território do Piauí”.²⁰

Adrião Neto, também piauiense, define a Balaiada como “um movimento revolucionário popular, de forte conteúdo político-social, iniciado em 1838, na vila de Manga do Igará, na vizinha província do Maranhão, propagando-se no Piauí, Ceará e em menores proporções, na Bahia”.²¹

Notadamente, pesquisas e estudos mais recentes como “Balaíos e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja” da historiadora Claudete Maria Miranda Dias, salientam que “o movimento ocorreu simultaneamente nas duas províncias. As respectivas lideranças, tanto da repressão quanto dos rebeldes, participaram de ambas”.²²

Esse primeiro aspecto tem por objetivo demonstrar a simplificação nas explicações apresentadas nos livros didáticos de Ensino Fundamental.

Por exemplo, para o historiador José Roberto Martins Ferreira, “a revolta começou com uma disputa entre dois grupos de fazendeiros pelo poder político na província. O grupo de oposição aproveitou-se da situação de penúria pela qual passavam os camponeses e mobilizou-os contra o governo”.²³

A historiografia nos conta que no início da Regência dominam os liberais até a renúncia de Feijó como regente em 1837. Durante o seu governo (1835-1837), no Maranhão, atuavam os liberais, conhecidos então como bem-te-vis.²⁴ Os seus adversários, os cabanos²⁵, são os conservadores, e seus membros são oriundos do antigo “partido português” – restauradores, favoráveis à volta de D. Pedro I. Apesar de se encontrarem em luta política, os membros dos dois grupos políticos, bem-te-vis e cabanos, pertencem à camada social importante e rica do Maranhão.

Quando observamos o livro didático, percebemos-no como um depositário dos conteúdos escolares, sobretudo, quando este é responsável pela transmissão do saber acadêmico para o saber escolar é notória a ausência de renovações historiográficas.

Marco Antonio Villa e Joaci Pereira Furtado salientam que “não existem muitos documentos sobre a revolta conhecida como *Balaiada*, que ocorreu no Maranhão entre 1838 e 1840”.²⁶

Esta colocação evidencia o desconhecimento da mais recente produção intelectual das universidades e, conseqüentemente, a desatualização nas informações.

Para a historiadora Maria Amélia Freitas Mendes de Oliveira, a Balaiada piauiense difere da maranhense em seus objetivos e causas.

Embora ligada no tempo e no espaço à rebelião maranhense, a Balaiada no Piauí não é um simples elo de continuidade daquela, mas um desdobramento autônomo, e ao mesmo tempo solidário [...] No Maranhão, os rebeldes são, na sua maioria quase absoluta, saídos da classe baixa, da massa do povo oprimido. No Piauí, não acontece o mesmo fenômeno de modo tão avassalador. Ao lado dos anônimos rebeldes, cabras, vaqueiros e agregados miseráveis, sobressaíram pessoas tidas como gradas, fazendeiros abastados e famílias da “aristocracia

rural” tanto do norte como do sul da província [...] Outro importante fato que vai diferenciar a revolta no Piauí de sua matriz maranhense é a participação do elemento negro nas lutas. O elemento africano no Maranhão era muito mais preponderante que no Piauí. A produção agrícola – sobretudo o algodão e a cana-de-açúcar, fez concentrar grandes contingentes de negros em todo o Maranhão Oriental, notadamente no Vale do Itapecuru. [...] O mesmo não aconteceu no Piauí. Os negros, mesmo concentrando-se nas fazendas de gado, não constituía uma população preponderante. Além desses fatos, estavam dispersos, isolados. [...] A Balaiada piauiense – caso inédito em nossa História! – constituiu-se na cisão das oligarquias a se digladiarem ferozmente, arrastando consigo a multidão de cabras, vaqueiros e agregados transformados em combatentes. E, nesse engajamento geral, apenas os escravos não participaram diretamente da luta.²⁷

Outro aspecto identificado corrobora com o fato de ser o livro didático um veículo portador de ideologias e estereótipos.

Conforme atesta Joselina Lima Pereira Rodrigues,

A presença dos piauienses na Balaiada é subestimada, chegando a afirmar-se que o Estado apenas sofreu tímidas influências do seu vizinho Maranhão, contudo não aderindo à revolta, servindo apenas como refúgio passageiro de alguns rebeldes maranhenses. O Barão tentava passar um clima de relativa tranquilidade, sempre destacando a tradição de ordem e paz existente no território piauiense.²⁸

Todavia, as informações contidas na bibliografia pesquisada, demonstram que a revolta expande-se rapidamente de 1839 a 1841 por todo o Norte, Oeste e Sul do Piauí. A preferência dos rebeldes é, particularmente, pelos municípios e vilas às margens ou próximas dos rios Parnaíba, Longá, Poti, Piauí e Gurguéia.

Muitas cidades piauienses - Piracuruca, Parnaíba, Vila do Poti, Estanhado (União), povoado de Frecheiras, Parnaguá, Ribeiras, vales do Gurguéia, Gilbués, Jerumenha, Uruçuí, Paraim, Jaicós, São Gonçalo e Príncipe Imperial (Crateús, hoje do Ceará), Curimatá e Egito (Campo Maior), são ocupadas pelos “rebeldes”. A exceção é a capital Oeiras.

Para que se tenha uma idéia, no Piauí, cerca de 1.400 km são ocupados pelos “rebeldes” de Parnaíba a Parnaguá. No Maranhão, do litoral ao alto sertão até o delta do Parnaíba, mais de 800 km são ocupados.

O movimento também atinge outras províncias: Bahia, Ceará, Pernambuco, só para citar algumas, seja fornecendo armamentos, munições e tropas, ou pela presença de grupos “rebeldes” que buscam refúgio e apoio para escapar da repressão das forças governistas.

Cristina Visconti Giocanni, Zilda Almeida Junqueira e Sílvia Guena Tuono, destacam que “... as camadas populares que se rebelaram, eram tidas pelo governo e pelas elites agrárias como perigosas e subversivas...”²⁹

Segundo a historiadora Claudete Maria Miranda Dias, os “rebeldes” para o governo são vistos como:

[...] recalcitrantes camponeses”, “quadrilhas de danados lobos”, “chusma de insolentes matutos”, “avalanche de tabaréus (pessoa simples que habitava na roça), “desordeiros”, “multidões de rebeldes”, “quadrilha de ladrões”, “grupos de malvados”, “bando de salteadores”, “quadrilha de rebeldes.”³⁰

É evidente o caráter de banditismo atribuído aos “rebeldes” balaienses pela documentação oficial. Entretanto, as ações dos líderes do movimento demonstram o contrário.

[...] Não propunham um novo regime e nem mesmo uma nova Constituição. Pelo contrário, através delas, o movimento apresentava-se como defensor da Constituição, que estaria sendo desrespeitada pelos Governos Locais. (...) Não contestavam a religião nem questionavam a escravidão ou a estrutura fundiária”.³¹

Quanto aos motivos que levaram os balaios a derrota, para Divalte Garcia Figueira, “a falta de objetivos claros e as divergências entre as lideranças enfraqueceram os revoltosos, que não resistiram às tropas do Exército enviadas do Rio de Janeiro”.³²

Considerações finais

Notadamente, o conteúdo ideológico da repressão a Balaiada foi tão intenso que prolongou-se pelo processo histórico. Isto é, os grupos sociais vencedores para manter a dominação consolidam uma versão unilateral do movimento, reforçando a “tendência pacífica” e conciliadora do povo brasileiro, o que contribui para que as transformações sejam vistas como ocorridas em paz, sem violência. O conhecimento histórico difundido sobre este acontecimento histórico obscureceu a realidade concreta, fazendo com que os alunos de Ensino Fundamental e Médio cresçam desconhecendo um fato histórico de máxima relevância social e política. Infelizmente a história difundida aliena mais especificamente a população piauiense, que desconhece conflitos sociais rurais como os da dimensão e importância da Balaiada.

Nesse contexto, autores como Nelson Piletti, José Roberto Ferreira, Marco Antônio Villa, Cristina Visconti Giocanni, Zilda Almeida Junqueira e Sílvia Guena Tuono não fazem nenhuma referência a Balaiada como tendo ocorrido no Piauí. Apenas o livro *Piauí: tempo e espaço* das autoras piauienses Iracilde Maria de Moura Fé Lima, Maria Cecília Silva de Almeida Nunes e Emília Maria de Carvalho Gonçalves Rebêlo destaca o movimento como presente nas duas províncias.

Quanto aos livros didáticos de Ensino Médio, somente o livro *Toda a História: História Geral e História do Brasil* evidencia a Balaiada só no Maranhão. Os livros *História do Brasil, Estudos Regionais do Piauí* e *Geografia e História do Piauí para Estudantes: da Pré-História à Atualidade*, apresentam a História dentro de linhas de interpretação ligadas a novas correntes, às novas tendências seguidas pela produção intelectual das universidades. Entretanto, o livro *História*, embora reconheça que o movimento tenha se expandido para o Piauí e o Ceará, caracteriza-o, como mais enfático na província maranhense. Outro aspecto observado é quanto as razões apresentadas pelo autor para a derrota dos “balaios”, que não corroboram com os estudos e pesquisas feitos pela historiografia mais recente.

NOTAS

¹ MOTTA, Márcia. Movimentos Rurais nos Oitocentos: uma história em (re) construção. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA – UFRJ, n 16, abr. 2001. p. 113-128.

² BEZERRA, Holien Gonçalves. O Processo de Avaliação de Livros Didáticos. In: *Simpósio Nacional da Associação Nacional de História*, 20, 1999. História: Rronteiras/Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999. p. 195-202.

³ BITTENCOURT, Circe M. Livros didáticos entre textos e imagens. In: *O saber histórico na sala de aula*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 69-90.

⁴ PILETTI, Nelson; Claudino Piletti. *História & Vida Integrada*. São Paulo: Ática, 2002. 232 p.

⁵ FERREIRA, José Roberto Martins. *História*. São Paulo: FTD, 1999. 238 p.

⁶ VILLA, Marco Antônio; Joaci Pereira Furtado. *História do Brasil: da independência aos nossos dias*. São Paulo: Moderna, 1997. 167 p.

⁷ GIOVANNI, Cristina Visconti et al. *História: compreender para aprender*. São Paulo: FTD, 1998. 255 p.

⁸ LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé et al. *Piauí: tempo e espaço – Estudos Sociais*. 2 ed., Teresina: Editora do Brasil, 1993.

- ⁹ KOSHIBA, Luiz & Denize Manzi Frayze Pereira. *História do Brasil*. 7 ed., São Paulo: Atual, 1996. 338 p.
- ¹⁰ ARRUDA, José Jobson de A. & Nelson Piletti. *Toda a História*; História Geral e História do Brasil. 4 ed., São Paulo: Ática, 1996. 408 p.
- ¹¹ DIVALTE, Garcia Figueira. *História*. São Paulo: Ática, 2002. 440 p.
- ¹² RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. *Estudos Regionais do Piauí*. 2 ed., Teresina: Halley S/A, 2001. 237 p.
- ¹³ NETO, Adrião. *Geografia e História do Piauí para Estudantes: da Pré-História à Atualidade*. Teresina: Edições Geração 70, 2002. 134 p.
- ¹⁴ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí – A Balaiada*. 2 ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1975, 212 p, v. 3.
- ¹⁵ OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. *A Balaiada*. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1985, 161 p.
- ¹⁶ DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaíos e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 2 ed., Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002, 285 p.
- ¹⁷ KOSHIBA, Luiz ; Denize Manzi Frayze Pereira, op. cit., p. 156
- ¹⁸ DIVALTE, Garcia Figueira, op. cit., p. 272.
- ¹⁹ LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé et al, op. cit., p. 77
- ²⁰ RODRIGUES, Joselina Lima Pereira, op. cit., p. 135.
- ²¹ NETO, Adrião, op. cit., p. 97.
- ²² DIAS, Claudete Maria Miranda, op. cit., p. 35.
- ²³ FERREIRA. José Roberto Martins, op. cit., p. 86.
- ²⁴ Liberais maranhenses, chamados de *Bem-te-vis* por causa do jornal de mesmo nome – pertencente a Rafael de Carvalho, principal porta-voz da facção no Maranhão. Cf. AQUINO; VIEIRA, Fernando; AGOSTINO, Gilberto; ROEDEL, Hiran. *Dos Montins Contra os Cabanos à Balaiada*. In: *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro:Record, 1999. p. 488.
- ²⁵ *Cabanos*, denominação que no Pará, Pernambuco e Alagoas cabia aos opositores devido às cabanas em que viviam. No Maranhão, a denominação visava comparar os conservadores aos rebeldes daquelas outras províncias que as elites consideravam bandidos, desordeiros e facínoras. Cf. AQUINO; VIEIRA, Fernando; AGOSTINO, Gilberto; ROEDEL, Hiran. *Dos Montins Contra os Cabanos à Balaiada*. In: *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro:Record, 1999. p. 487.
- ²⁶ VILLA, Marco Antônio & Joaci Pereira Furtado, op. cit., p. 40.
- ²⁷ OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de, op. cit., pp. 101,105,155.
- ²⁸ RODRIGUES, Joselina Lima Pereira, op. cit., p. 136.
- ²⁹ GIOVANNI, Cristina Visconti et al, op. cit., p. 248.
- ³⁰ DIAS, Claudete Maria Miranda, op. cit., p. 139.
- ³¹ Idem., p. 180.
- ³² DIVALTE, Garcia Figueira, op. cit., p. 272.